



PRETO, PARDO, BRANCO E LILÁS:
IDENTIDADES DE RAÇA E GÊNERO NAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS
SOBRE O JORNALISMO COMO PROFISSÃO NO BRASIL¹

GT14: Discurso e Comunicação

Isabel Cristina Clavelin da Rosa²

Resumo

Este artigo é parte de pesquisa homônima de doutorado em desenvolvimento na Universidade de Brasília. Tem como objeto de estudo o jornalismo como profissão nas dimensões de raça e de gênero sob o prisma da análise de discurso para a interpretação da identidade profissional de jornalistas, delineada por negros e brancos, homens e mulheres em vestígios discursivos sobre as relações raciais e de gênero em espaços discursivos da categoria. Tem como finalidade observar os sentidos dos discursos produzidos por jornalistas e verificar como sendo sendo caracterizadas as trajetórias profissionais que, a partir dos pertencimentos raciais e de gênero, têm condições desiguais de gestão de carreira, percepções singulares sobre a profissão e sobre a realidade sociopolítica do país, além de estratégias particulares de superação e enfrentamento do racismo e do sexismo.

¹ Este texto é parte das reflexões que tenho desenvolvido na elaboração de tese de doutoramento no Departamento de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Dayrell Porto e co-orientação da Prof^a. Dr^a Liliane Machado, referente à identidade profissional de jornalistas e as imbricações com as identidades de raça e de gênero.

² Jornalista, professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Católica de Brasília (UcB) e doutoranda na Universidade de Brasília (UnB). Brasil – belclavelin@gmail.com

Palavras-chave: raça e gênero, jornalismo, identidade profissional.

Racismo (LEIRIS, 1960; LÉVI-STRAUSS, 1960; LITTLE, 1960; SARTRE, 1968a; FANON, 1968) e sexismo (SAFFIOTTI, 1987; PATEMAN, 1993; DAVIS, 2005; HOOKS, 2000a e 2000b) são estruturadores da organização política e social nas Américas – deflagradas no processo de colonização e reavivadas ao longo do desenvolvimento das nações, valendo-se inclusive de comunidades discursivas e suportes comunicacionais como propagadores e renovadores desses ideários - com influência na dinâmica da vida social e nas relações interpessoais. Legitimadas por forças políticas hegemônicas discriminatórias, pela economia e pelas normas, estabeleceram sistemas de desigualdades raciais e de gênero (CARNEIRO, 1995, 2002, 2003a, 2003b; BAIROS, 1995 e 2008) os quais fomentaram hierarquizações entre sujeitos no que tange a direitos, condições, oportunidades, discursos e representações.

Desde a fundação do Brasil (GONZALEZ, 1982; RIBEIRO, 1999; ORTIZ, 2003), o racismo (FERNANDES, 1964; GONZALEZ, 1982; BENTO, 1995) e o sexismo (MURARO, 1983; BAIROS, 1995 e 2008; CARNEIRO 1995, 2002, 2003a, 2003b; MELO, PISCITELLI e PUGA, 2008) se constituem como vetores de exclusão, segregação, violência e discriminação da vida social, política, econômica e cultural, atingindo, de maneira diferente, negros, indígenas e brancos (IANNI, 1978; MOURA, 1989, TODOROV, 1996); homens e mulheres (BAIROS, 1995; CARNEIRO, 1995). Transpostas para o mercado de trabalho, as dimensões de raça e gênero condicionam e limitam - historicamente até os dias atuais - a presença de indivíduos desses grupos em áreas de maior ou menor prestígio, valorização e remuneração (ANDREWS, 1998; HASENBALG, 2005).

Campo de encontro de indivíduos na busca pela sobrevivência e pela satisfação pessoal, o chamado “mundo do trabalho” tornou-se uma das principais arenas

onde são travadas disputas pelo poder, produção e divisão de riquezas. A exemplo de outros espaços de convivência humana, a hierarquização e as partilhas de bens e produtos materiais e simbólicos (CARNEIRO, 2003; PINTO, 2010) são influenciadas por pertenças, entre elas as raciais, étnicas, de gênero e classe. Urge, para aferir essas realidades socioeconômicas, encaminhamentos epistemológicos descolonizados (GONZALEZ, 1982; HOOKS, 1995; LAURENTIS, 2013) e imbuídos com o propósito de compreender com profundidade os fatores que mantêm as estruturas racistas, patriarcais e sexistas na vida social (CARNEIRO, 2003a; HOOKS, 2004; DAVIS, 2005; BAIRROS, 2008).

Persistência e acirramento das desigualdades raciais e de gênero

A influência do Brasil colonial persiste no terceiro milênio, mesmo quando os grupos oprimidos – negros e mulheres – se constituem como maioria populacional. No censo demográfico de 2010, homens e mulheres negras eram 50,7%³ da população brasileira, perfazendo 97 milhões dos 191 milhões de habitantes do país. De modo inédito, superaram o componente branco devido à crescente consciência negra⁴ das massas, o que propiciou a elevação de quatro milhões de

³ Dados do Censo 2010 relacionados ao somatório de pretos (7,6%) e pardos (43,1%) obtido pelo mecanismo da autodeclaração (denominação individual de acordo com a sua identidade étnicorracial). Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 17 mar. 2014. Conforme nota técnica intitulada “Características Étnico-raciais da população – um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008”, do IBGE, desde o primeiro censo demográfico, realizado em 1872 – na vigência da escravização negra no país - foram instauradas quatro opções para o levantamento de informações raciais, assim denominadas: branco, preto, pardo e caboclo (indígena). Na rodada de 1890, a categoria pardo foi substituída por mestiço. De 1900 a 1930, não foram realizados censos demográficos. No retorno, em 1940 houve alteração da dimensão raça para cor. Nos censos de 1950 e 1960 foram estabelecidas as bases para a autodeclaração, inclusive com cor. Nos anos 1970, não houve rodada censitária. Na década seguinte, ocorreu somente amostra, sendo criada, em 1987, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). O processo censitário passou a se estabilizar na década de 1990. A partir de 2000, foram criadas as pesquisas de Orçamento Familiar (2002-3) e Mensal de Emprego (2003). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2014.

⁴ O pesquisador e poeta negro gaúcho Oliveira Silveira (2005) revelou juntamente com o Grupo Palmares (CAMPOS, 2006) a data de assassinato de Zumbi dos Palmares em 20 de novembro de

negros e negras⁵ em relação aos dados computados em 2000. Pela primeira vez, a população feminina ultrapassou a masculina – 97,3 milhões contra 93,4 milhões de homens. Dos 51% de mulheres, a maior parte está concentrada em municípios com mais de 500 mil habitantes.

No ano de 2010, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social divulgou o Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações para Ações Afirmativas⁶. O estudo se propôs a incentivar as corporações a observarem atentamente os desequilíbrios na composição de trabalhadores e trabalhadoras sobre as dimensões de sexo, cor, raça, idade, escolaridade, tempo de empresa, pessoas com deficiência. Das 500 organizações, 105 prestaram informações relacionadas ao universo de 623.960 trabalhadores e trabalhadoras dos seguintes níveis hierárquicos: quadro funcional, supervisão, gerência e quadro executivo. Quanto ao setor de atividade, 47,6% dos questionários respondidos eram procedentes da indústria; 26,6% do setor de serviços; 17,2% do comércio; e 8,6% do setor de alimentos e produtos agrícolas.

No que concerne ao jornalismo como profissão e o contingente estimado em 145 mil de profissionais (MICK e LIMA, 2013a), ganha relevância a busca pelo entendimento acerca das imbricações entre raça e gênero, sobretudo, na influência que tais identidades acarretam na profissão, na gestão individual da carreira, na cultura organizacional (WHITE, 1999; TRAQUINA, 2005), nas relações de trabalho cotidianas e nas rotinas produtivas do jornalismo (ADGHIRNI, 2002;

1695. Iniciaram, no ano de 1971, em Porto Alegre (RS), uma série de comemorações em exaltação à memória de resistência de Zumbi, as quais originaram o Dia da Consciência Negra, em 1978, adotado pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

⁵ O Brasil negro foi amplamente divulgado pelo IBGE e pela imprensa, a exemplo do título de matéria do jornal O Globo “Censo 2010: população do Brasil deixa de ser predominantemente branca”, de 29 de abril de 2011. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/politica/censo-2010-populacao-do-brasil-deixa-de-ser-predominantemente-branca-2789597>>. Acesso em: 15 mar.2014.

⁶ A publicação foi produzida pelo Instituto Ethos e pelo Ibope Inteligência, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) atual ONU Mulheres. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/ethosweb/arquivo/0-a-eb4perfil_2010.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

LEITÃO, 2002; JORGE, 2006). A presença em profissões, a ocupação de postos de trabalho de maior relevância e o topo da pirâmide salarial continuam a ser uma expressão das desigualdades raciais e de gênero. São as hierarquizações que asseguram posições de poder e reconhecimento a homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, respectivamente, a chamada pirâmide sociorracial brasileira.

O jornalismo como espaço de trabalho para negros, brancos e mulheres

Como as demais profissões no Brasil, o ingresso, o desenvolvimento, a ascensão e o reconhecimento de indivíduos pertencentes a grupos sociais de negros e mulheres no jornalismo vêm sendo caracterizados pelas dimensões raciais e de gênero. Seguem as hierarquizações que asseguram posições de poder e reconhecimento a homens e mulheres brancas, relegando a homens e mulheres negras (GONZALEZ, 1982; BENTO, 1995; BAIROS, 1995; CARNEIRO, 1995, 2002) as posições de base da pirâmide racial do mercado de trabalho brasileiro (HASENBALG, 2005).

Apesar do progressivo ingresso de mulheres desde a década 1970 no jornalismo (TRAVANCAS, 1993; NEVEU, 2006), evidências empíricas apontam que esta profissão apresenta facetas semelhantes de raça e gênero às configuradas por outras atividades: dificuldades de manutenção e ascensão profissional, remuneração não condizente com a função desempenhada, disparidade na cadeia de oportunidades para desenvolvimento da carreira, desvalorização da identidade de raça e gênero, baixo reconhecimento profissional, condições desiguais de acesso aos espaços de poder e decisão, assédios moral e sexual, adoecimento, entre outros.

Ao passo em que a representação de gênero equilibrou-se, mas não os espaços de poder que se mantêm masculinos, prossegue o teor reivindicatório de jornalistas negros e negras para a ocupação de postos de trabalho, considerando a mão-de-obra existente e que não é absorvida nas redações e nas assessorias de imprensa em decorrência de aspectos de ordem racial.

Na década de 1950, a pesquisa de João Baptista Borges Pereira sobre a presença do negro no rádio de 12 emissoras de São Paulo revelou 272 profissionais negros, distribuídos nos setores programático (onde estavam alocados redatores artísticos e comerciais, locutores e comentaristas), técnico (composto por engenheiros de som, sonoplastas, eletricitas, técnicos ou controladores de som) e administrativo (departamento pessoal, recepção, segurança, contínuos, entre outros). Em linha semelhante, a pesquisadora Solange Couceiro investigou cinco emissoras de televisão paulistas, em 1969, nas quais trabalham um total de 1.921 pessoas, sendo 85,1% brancos e 14,9% negros. Destes, 92,4% são homens negros e 7,6%, mulheres negras.

Em artigo publicado na revista *Imprensa*, o jornalista negro Flávio Carrança registrava, no ano de 2001, as desigualdades raciais existentes nas redações de jornais, revistas, rádio e televisão em todo o país. Dos 5.000 questionários enviados para as redações pela revista *Imprensa*, apenas 230 responderam sobre a presença de jornalistas negros ou negras em seus quadros. Deste total, 36% confirmaram ter jornalistas afrodescendentes e 1,6% afirmaram ter profissionais negros ou negras em cargos de chefia ou de maior visibilidade.

No ano de 2004, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul encomendou pesquisa para traçar o perfil racial na imprensa televisiva do estado naquele ano (WINTER, 2005). Entre os diplomados no Curso de Comunicação, Jornalismo e Informação foram contabilizados 6.686 brancos, 258 negros e 33

amarelos, indígenas ou sem declaração de cor. No mercado de trabalho gaúcho, os negros eram quatro dos 793 jornalistas de tevê sindicalizados. Em pesquisa nacional realizada para aferir a participação dos negros na TV Pública, Araújo (2010) constatou a presença de 93,3% de jornalistas eurodescendentes contra 5,5% de afrodescendentes, seguidos de 1,2% de indiodescendentes. Em 2008, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, verificava a consolidada presença das mulheres (54,4%) entre os jornalistas formalmente empregados no Brasil.

Na articulação dessas diferentes pesquisas com o objeto desta investigação, depreende-se a recorrente estratificação dos postos de trabalho, configurados pela sistemática restrição de profissionais do grupo racial negro – sinuosidade que evidencia a relevância de estudos científicos sobre o jornalismo como profissão na perspectiva raça e gênero. Para tal, reitera-se o impacto de negros e mulheres na demografia brasileira, na economia e no desenvolvimento do país. Problematiza-se, por conseguinte, a segregação racial dos postos de trabalho no jornalismo e a estagnação em determinadas áreas profissionais da força de trabalho feminina em decorrência das relações de gênero. Por conta disso, não são questões menores aqui elencadas para a produção de conhecimento acadêmico sobre o jornalismo como profissão no Brasil. São tentativas de buscas por entendimentos da atração/disposição ou da repulsão/rejeição que o jornalismo tem para com trabalhadores e trabalhadoras, distinguidos pelo vetor racial entre negros e brancos.

Em abril de 2013, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, em convênio com a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), divulgou a pesquisa acadêmica “Quem é o jornalista

brasileiro? Perfil da profissão no país"⁷, com apoio do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Enquete aplicada com 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior, com participação espontânea no período de 25 de setembro a 18 de novembro de 2012, aponta que de 145 mil jornalistas, 23% são negros (5% pretos e 18% pardos); 72%, brancos; 64%, mulheres e 36%, homens. Foram investigados profissionais com atuação em redações jornalísticas, em assessorias de imprensa, em universidades (docentes) e autônomos (*freelancers*).

No manejo dos dados sistematizados entre 1950 a meados da segunda década de 2000, aqui dispostos para finalidades analítico-reflexivas e encaminhamentos teórico-metodológicos, é implacável a constituição de lugares de negros e brancos (GONZALEZ, 1982), lugares de mulheres e homens no jornalismo como profissão no Brasil. São espaços demarcados sob égide do racismo por reservarem mercado a profissionais do grupo racial branco, em decorrência da estruturação do campo e das relações de trabalho, alicerçadas em demandas e necessidades de formação e qualificação profissional que se deparam com distorções de cunho racial não corrigidas pela ação do Estado nem do mercado. Conforma-se, assim, reduto para atuação profissional de trabalhadores e trabalhadoras de origem racial branca.

Como consequência, os lugares de mulheres e homens são escamoteados pela prevalente presença da força de trabalho feminina. São opacos os confinamentos das mulheres em áreas do jornalismo de baixo poder decisório, prestígio e remuneração. Pelo fato incontestável de elas serem a maioria, emerge aparente situação de igualdade entre homens e mulheres jornalistas sem a problematização

⁷ Extrato da pesquisa pode ser acessada pela internet. Disponível em <<http://perfildojornalista.ufsc.br>> Acesso em 23 abr. 2013.

das relações de gênero, as quais conferem a eles os estratos de comando. Naturalizam-se relações patriarcais e sexistas, ampliando as opressões de gênero contra as mulheres em mais uma atividade profissional em que se concentram de forma majoritária. E se lá elas se encontram, conforme os aspectos mencionados, pode-se pensar em novas mutações da chamada divisão sexual do trabalho (LOBO, 1991; HIRATA e KEGOAT, 1994 e 2007; BRUSCHINI, 2007).

Formações discursivas sobre raça e gênero no jornalismo brasileiro

Organizadores do Prêmio Abdias do Nascimento – um dos espaços discursivos destacados para a pesquisa em curso -, que evoca a igualdade racial como pauta de distinção na categoria, avaliam que “a reduzida presença de jornalistas negros e negras nas redações indica uma estrutura ocupacional pouco plural e favorece a invisibilização das demandas da população negra, bem como a visão estereotipada desses grupos”⁸.

Reflexão semelhante foi enunciada pelo primeiro presidente negro do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, quando da sua participação como convidado de congresso da ONU sobre o Dia Mundial da Imprensa, realizado em maio de 2013, na Costa Rica. Em Inglês, Barbosa criticou a concentração de mídia no Brasil e a ideologia política de que ela faz parte⁹: "agora o Brasil só tem três jornais nacionais, todos mais ou menos se alinham à direita no campo das ideias". E foi contundente ao acusar a baixa presença negra nas redações: "Como muitos aqui devem saber, no Brasil, negros e mulatos compõem 50% a 51% do total da população, de acordo com o último censo de 2010". E

⁸ Posicionamento constante do texto “A questão negra e o jornalismo” publicado, em 12 de junho de 2012, no portal de divulgação do Prêmio Abdias do Nascimento 2012. Disponível em <WWW.premioabdiasnascimento.org.br/w/questao-negra-midia2013> Acesso em 21 mai 2013.

⁹ Com ampla repercussão no Brasil, a crítica foi noticiada pelos principais jornais nacionais, em 3 de maio de 2013, entre eles O Estado de S. Paulo. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,para-barbosa-maiores-jornais-do-brasil-sao-direitistas,1028204,0.htm>> Acesso em 30 mai 2013.

mirou na engendradora situação racial do jornalismo brasileiro: “Mas não-brancos são muito raros nas redações, nas telas da televisão, sem mencionar a ausência nas posições de controle ou liderança nas empresas de mídia”, enunciou Barbosa.

Imersos num processo constante de mudanças estruturais de âmbito político, social, econômico, cultural e tecnológicas no mundo global (MELO, 2009; ADGHIRNI, 2012), jornalistas deparam-se com novas identidades sociais (HALL, 2006) e, por consequência, e vêm a influência delas nas transformações da própria identidade profissional (TRAVANCAS, 1993; LOPES, 2011; PEREIRA, 2012). No terceiro milênio, a categoria se depara com um conflito de classe em razão de decisão judicial para a desobrigatoriedade de formação universitária para o exercício da profissão (MICK e LIMA, 2013a e 2013b) e seus efeitos na identidade profissional (LOPES, 2006, 2011a e 2011b). Na esteira dessas mudanças, diferentes pesquisas acadêmicas e pesquisas começam a explorar mais o universo da identidade profissional de jornalistas, com abordagens diferenciadas: sindical, classe, raça, gênero, classe, tecnológica, docência, universitários e universitárias em formação, atuação profissional (assessoria de imprensa, freelancers, redação, entre outros).

Na distinção entre a instituição imprensa e o papel dos profissionais, há uma relação simbiótica e colaborativa entre as partes para a manutenção do *status quo*, em geral, por ambos pertencerem ao mesmo campo de forças. Em geral, os profissionais eram oriundos das camadas do poder predominante e a instituição manteve-se intrinsecamente interessada na preservação do poder. Com o surgimento de novos agentes, como as mulheres brancas, essas dinâmicas foram alteradas? Nesse sentido, o fato de ambos, em geral, pertencerem à mesma zona de influência reduziria as possibilidades de conflitos internos sobre o modo de fazer jornalístico.

Em entrevista ao programa Espelho, apresentado pelo ator negro Lázaro Ramos, a jornalista negra Flávia Oliveira¹⁰ – colunista de Economia do jornal O Globo e comentarista do programa Studio I da Globonews -, revelou uma prática muito comum quando da escolha profissional de uma pessoa negra no Brasil. Ao optarem pelos cursos considerados de elite, jovens negras e negros são persuadidos a investir em carreiras com menos prestígio, como licenciaturas e administrativas (BENTO, 1995; SODRÉ, 1999; HASENBALG, 2005). Pela condição de estruturadores da dinâmica social e das relações entre indivíduos, o racismo e o sexismo – independente do período e da maneira em que vão se manifestar – acompanham a existência de cada pessoa e atuam em todos os campos de sua vida.

“Meu vizinho, que gostava muito de mim, disse que seria mais fácil eu ser contadora ou secretária, quando falei que eu queria ser jornalista. (...) O jornalismo me levou a lugares que jamais havia imaginado, como a China e a África do Sul. É da minha profissão que tiro o meu sustento e da minha filha”.

O relato da jornalista negra Flávia Oliveira muito provavelmente não é a primeira e nem será a única referência da perversa combinação entre racismo e sexismo na sua vida. Por ser uma mulher negra, sua trajetória de vida – mesmo aquela projetada pelas pessoas que têm estima por ela, a exemplo de seu vizinho – está naturalizada de maneira subalterna e inferiorizada. Ela até poderia ser uma contadora, secretária-executiva ou administradora, mas não poderia ousar ser uma jornalista que, todos os dias, poderia escrever num jornal, trabalhar numa rádio ou TV, atuando na produção discursiva (FOUCAULT, 2005) e num espaço

¹⁰ Entrevista veiculada pelo Canal Brasil. Disponível em <<http://globotv.globo.com/canal-brasil/espelho/v/flavia-oliveira-conta-da-complicada-fase-de-escolha-da-carreira/1963984/>>. Acesso em 25 out 2013.

comunicativo, caracterizado por simbolismos de poder (BOURDIEU, 2009). Ou seja, qualquer tentativa de decidir sobre o curso de sua história pessoal, numa perspectiva de raça e gênero, era vista como uma excepcionalidade que, num sistema racista e sexista, não viria a se concretizar, inclusive, quando feitos esforços descomuns de investimentos na sua preparação, aquisição de conhecimento e domínio das técnicas jornalísticas.

Trazida para o campo das relações raciais e de gênero, no Brasil (RIBEIRO, 1999; ORTIZ, 2003), a paleta cromática – preto, pardo, branco e lilás - expressa a luta pelo existir, poder, participar, falar e ser escutado (FOUCAULT, 2005), desencadeada pelo movimento negro e pelas organizações feministas e de mulheres. Reivindicações que se alicerçam na busca de igualdade de condições e de oportunidades e desconcentração de poder e privilégios ao polo de forças hegemônico, aqui, expresso pelo componente branco. Assim mesmo, no masculino, beneficiário das estruturas racista e sexista/patriarcal que fundamentam sistemas de desigualdades e de discriminações, procedimentos de exclusão e dominação e mecanismos de controle e interdições ritualizadas (FOUCAULT, 2005) nos mais variados campos das relações humanas, da vida social, da organização política, dos modelos econômicos e de visões de mundo predominantes.

Jornalista negro com notável trabalho investigativo, assassinado num dos crimes mais emblemáticos contra a atividade jornalística no país, Tim Lopes denunciou o racismo existente na imprensa brasileira.

“Não existe, em qualquer redação de jornal, um só repórter negro, multado, moreno claro ou cafuzo – todos negros no sangue, embora alguns sem o menor orgulho de pertencerem à raça – que, por trás da máscara da simpatia,

não tenha sido, um dia, objeto de brincadeira debochada e, acima de tudo, discriminatória, com relação à etnia, pelos colegas branquinhos” (LOPES, 1990, p.12).

No texto, ele recorreu a diversos jornalistas – homens e mulheres negras – para documentar as ocorrências de racismo promovido por colegas de trabalho, empresas jornalísticas e fontes. Cita o deputado federal e jornalista negro Carlos Alberto de Oliveira (Caó), autor de lei que criminaliza o racismo, para quem a cor negra classifica a pessoa pelo seu tipo físico e traços negroides ao mesmo tempo em que a desclassifica no mercado de trabalho. Tim Lopes repudia apelidos, piadas e expressões como ‘criolo não é notícia, a não ser Pelé’ e ‘isso é coisa de negro’ ao mesmo tempo em que solidariza com a jornalista negra Salete Lisboa, então do jornal O Dia, que não se calou diante de discriminação racial conjugada com assédio moral por parte de sua chefia.

No texto “Cadáver de preto”, o jornalista branco Nelson Rodrigues recordou que “certa vez, entrei na redação e vi o secretário esbravejante” devido à produção do fotógrafo ater-se em demasia no registro do corpo morto de um homem negro, vítima de enchente em Petrópolis, o que provocou cena de discriminação racial e assédio moral.

Outra questão latente à dimensão de gênero é o exercício da profissão na idade reprodutiva, em que a maternidade se apresenta como desafio para as mulheres pelo fato de suportarem as agruras dos cuidados familiares e a competitividade na carreira. História emblemática que serve de referência para pensar acerca de tais questões é da jornalista branca Eliane Brum¹¹ no início de sua carreira jornalística.

¹¹ Entrevista publicada no portal da Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=3610>>. Acesso em 23 fev 2013.

“Eu fui mãe aos 15 anos. Dos dois aos seis anos da Maíra, morei longe dela, em Porto Alegre, para fazer a faculdade. Só a via nos finais de semana. Quando me formei, fui buscá-la. Eu era foca, tinha 22 anos e ganhava um salário que era pouco mais do que o mínimo. Foi muito difícil. Vivi momentos duríssimos. Quando falo deste tempo, até hoje é difícil. Era muito desamparo, várias formas de desamparo. Nosso apartamento foi assaltado e eu não tinha dinheiro para me mudar. Passava a noite acordada, com medo de não conseguir proteger a Maíra, com tanto medo que quase não conseguia me mexer. Às 5h30 da manhã acordava minha filha e pegávamos dois ônibus até a escola. Às vezes eu tinha de colocá-la por cima do muro, porque precisava pegar mais três ônibus para ir até o jornal, onde eu começava às 8h. Ela ficava lá, sozinha, com seis anos. Quando ia cobrir alguma coisa mais longe, não conseguia voltar a tempo para pegá-la na escola. Lembro de estar com água pela cintura, numa enchente, ligando de um orelhão para uma lista de amigos, para tentar encontrar alguém que buscasse a Maíra na escola, à noite. Era uma vida complicada. Eu não tinha família em Porto Alegre. Éramos só nós duas. Mas o que eu vivi é o que a maioria das mulheres de periferia vive. Passou, conseguimos e era isso. Como mãe, eu fiz o melhor possível. Não sei se foi o suficiente para a Maíra. Mas a vida é como é. E a gente faz o melhor que consegue”.

As declarações da jornalista são de imensa valia para a reflexão acerca de como foram e são constituídas as trajetórias das mulheres jornalistas, em especial em um momento da sociedade brasileira em que os cuidados recaiam sobre o sexo

feminino e de que elas ingressaram em quantidade em determinadas profissões. Ou seja, a feminização do jornalismo brasileiro, atualmente aferida em pesquisas como a UFSC/Fenaj (MICK e LIMA, 2013), se deu por meio do sacrifício de mulheres – no ônus da maternidade, posterga e ou recusa total desta – assim como em outras ocupações pela sua condição de gênero.

Considerações finais

A perspectiva de raça e gênero sobre o jornalismo como profissão no Brasil pode ofertar elementos que possibilitem novos aportes sobre a identidade profissional, relações de trabalho, gestão de carreira, rotinas produtivas e até mesmo relacionamento com o público. O resgate e a análise de vozes discursivas de jornalistas (PÊCHEUX, 1990; ORLANDI, 2005), podem reorganizar o debate da categoria sobre direitos trabalhistas e melhorias das condições de trabalho, tendo em vista o avanço que tais discussões trouxeram para outras atividades profissionais no meio corporativo.

Analisar discursivamente as relações endógenas do jornalismo, com atenção ao interdiscurso e intradiscurso racial e de gênero – como a leitura interpretativa arqueológica do material exposto (PORTO, 2012) - talvez torne mais humanas as percepções de profissionais sobre a realidade individual, a organização da categoria e a relevância social da profissão para questões de interesse de toda a sociedade (ROSA, 2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adghirni, Z. L. (2002). Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: PORTO, Sérgio (org). *O jornal – da forma ao sentido*. (2.ed.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Adghirni, Z. L. (2005, 1º semestre). Jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, II (1).
- Adghirni, Z. L. (2012). Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: Pereira, F., Moura, D., & Adghirni, Z. L. (orgs). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular.
- Andrews, G. R. (1998). *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc.
- Bairros, L. (1995, jul.-dez.). Nossos feminismos revisitados. *Revista de Estudos Feministas*, 3(2), 458-463. Florianópolis.
- Bairros, L. (2008). A mulher negra e o feminismo. In: Costa, A. A., & Sardenberg, C. (orgs). *O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA.
- Bento, M. A. S. (1995). A mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos Feministas*, (2), 479-488. Florianópolis,
- Bento, M. A. S. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. Acesso em: 18 set. 2013.
- Disponível em:

http://www.ceert.org.br/premio4/textos/branqueamento_e_branquitude_no_brasil.pdf>.

- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,
- Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico*. (12ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bruschini, M. C. (2007, set./dez.). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132), 537-572.
- Campos, D. M. C. De. (2006). *O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 196f. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2006.
- Carneiro, S. (1995, 2º semestre). *Gênero, raça e ascensão social*. *Estudos Feministas*, Florianópolis. ano 3, (pp. 544-552).
- Carneiro, S. (2002, jan/jun.). Movimento negro no Brasil: novos e velhos desafios. *Caderno CRH*, (36), 209-215. Salvador.
- Carneiro, S. (2003a.) Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17 (49), 117-132. São Paulo.
- Carneiro, S. (2003b). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais., & Takano Cidadania (orgs.). *Racismos contemporâneos*. (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora.

- Davis, A. (2005). *Mujeres, raza y clase*. Madrid: Akal.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Fernandes, F. (1964). *Integração do negro à sociedade de classes*. MEC: INEP: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais: Rio de Janeiro.
- Foucault, M. (2005). *A ordem do discurso*. (12ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas*. (9ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Fundo De Desenvolvimento Das Nações Unidas Para A Mulher. Ethos e Ibope lançam pesquisa sobre o perfil das 500 maiores empresas do Brasil, 11/11/2010. Acesso em: 15 mar. 2014. Disponível em: <WWW.unifem.org.br>.
- Gonzalez, L. (1982). O movimento negro na última década. In: Gonzalez, L., & Hasenbalg, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Hall, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade. (11ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hasenbalg, C. (2005). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007, set/dez.). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132), 595-609.
- Hooks, Bell. (1995, 2º semestre). Intelectuais negras. *Estudos feministas*, 3, 464-478. Florianópolis.

Hooks, Bell. (2000b.). *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge: South End Press,

Hooks, Bell. (2004). *The will to change: men, masculinity and love*. New York: Washington Square Press.

Ianni, O. (1978). *Escravidismo e racismo*. São Paulo: Hucitec.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Censo Demográfico 2010: Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Acesso em: 15 mar. 2014.

Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Trabalho_e_Rendimento/censo_trabalho_e_rendimento.pdf.

Jorge, T. de M. (2006, jul.). A notícia e os valores-notícia – o papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. 1 (3), 1-14. *UNIrevista*, São Leopoldo.

Laurentis, T. de. *La tecnología de género*. Acesso em: 15 out. 2013. Disponível em:

<http://www.caladona.org/grups/uploads/2012/01/teconologias-del-genero-teresa-de-lauretis.pdf>.

Leiris, M. (1960). Raça e civilização. In: UNESCO. *Raça e ciência I*. São Paulo: Perspectiva.

Leitão, M. (2002). A imprensa e o racismo. In: Ramos, S. (org). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas.

- Lévi-Strauss, C. 1960. (Raça e história). In: UNESCO. *Raça e ciência I*. São Paulo: Perspectiva.
- Little, K. L. (1960). *Raça e Sociedade*. In: UNESCO. *Raça e ciência I*. São Paulo: Perspectiva.
- Lobo, E. S. (1991). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. (1ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lopes, F. L.(2006). *Entre a objetividade e a vigilância: contradições do trabalho e da identidade jornalísticos*. Intercom. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UnB, 6 a 9 set. 2006.
- Lopes, F. L.(2011a.jan./jun). *Jornalismo: uma profissão em crise?* *Intexto*, 1 (24), 58-72, Porto Alegre.
- Lopes, F. L.(2011b). *O papel da retórica na construção da identidade do jornalista*. *Comunicação e Sociedade*, 33(56), 265-285.
- Lopes, T. (1985). *Retrato da imprensa em preto e branco*. *Revista de Comunicação*, 1(1), 12-13. Rio de Janeiro,
- Mick, J., & Lima, S. (2013a.) *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular.
- Mick, J., & Lima, S. (2013, jan-jun). *Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros*. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 10 (1).
- Melo, H., Piscitelli, A., & Puga, V. (2008). *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação: Unesco.

- Melo, José Marques De. (2009). *Jornalismo: Compreensão E Reinvenção*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- Moura, C. (1989). *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática.
- Muraro, R. M. (1983). *Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Neveu, E. (2006). *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Orlandi, E. (2005). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. (6ª ed.). Campinas: Pontes.
- Ortiz, R. (2003). *Cultura brasileira e identidade nacional*. (4ª reimpr., 5.ed.) São Paulo: Brasiliense.
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pereira, F. H. (2012). Possibilidades de aplicação do conceito de carreiras profissionais nos estudos sobre jornalismo. In: Pereira, F., Moura, D. , & Adghirni, Z. L. (orgs). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular.
- Pêcheux, M. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- Pinto, C., & Jardim, R. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, 18 (36) p. 15-23, jun. 2010. Curitiba,
- Porto, S. D. (2012). Vivências interpretativas em jornalismo. Versão atualizada do método das “Seis leituras interpretativas em massa folhada”. In: Pereira, F., Moura, D. & Adghirni, Z. L. (orgs). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular.

- Rosa, I. C. C. da. (2011). *Racismo em Pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000*. 241f. Brasília: UnB, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília.
- Ribeiro, D. (1999). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Sartre, J-P. (1968a.). *Reflexões sobre o racismo*. (5ª ed.). São Paulo: Difusora Europeia do Livro/Ed. da Universidade de São Paulo.
- Silveira, O. F. da. (2005). Palavra de negro. In: Santos, I. *Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor.
- Sodré, M. (1999). *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- Travancas, I. S. (1993). *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus.
- Todorov, T. (1996). *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- White, D. (1999). *O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias*. In: Traquina, N. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. (2ª ed.). Lisboa: Veja.



Winter, A. M. (2005). Pesquisa desigualdade de mídia do Rio Grande do Sul: a (in)visibilidade da cor. In: *O negro na mídia - a invisibilidade da cor*. Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul/Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros. Porto Alegre: Sindjors.